

REQUERIMENTO Nº , DE 2014

Nos termos do art. 58, § 2º, III, da Constituição Federal, bem como nos termos regimentais, solicito que seja convocado a prestar depoimento nesta Comissão de Assuntos Econômicos, o Excelentíssimo Ministro de Estado de Minas e Energia, assim como seja convidado para a mesma audiência o Presidente da Abrade, Sr. Nelson Fonseca Leite, a fim de discutir a atual situação do Setor Elétrico brasileiro.

JUSTIFICAÇÃO

No Rio de Janeiro por intermédio das rádios e telefonemas, mensagens das distribuidoras de energia locais convidam e apelam para que o consumidor faça economia de energia. Na verdade, deveria ser o governo Federal a assumir publicamente sobre a necessidade de economizar energia. O que ocorre é que o governo da presidente Dilma confunde Racionalização de energia com Racionamento de energia.

Sem que a população brasileira seja devidamente advertida sobre o possível, e pelo que tudo indica, inevitável problema de racionamento e/ou desligamento seletivo e programado, caminhamos para impasses em nosso cenário energético. Implantar um esquema de racionalização no uso da energia elétrica seria o mais sensato e oportuno.

Infelizmente, o governo Federal avalia a questão sob a ótica do marketing e da propaganda. Se o racionamento não vier é devido à falta de tempo para implantá-lo, a típica

letargia gerencial do governo, aliada a uma avaliação em torno dos possíveis estragos eleitorais.

As distribuidoras de energia no Brasil vivem um momento dramático. O investidor estrangeiro suspira fundo quando dimensiona que 30% dos recursos direcionados ao caixa das distribuidoras são oriundos do Tesouro Nacional. Em que pese o "socorro", aporte emergencial do governo às distribuidoras, a situação econômica das distribuidoras é delicada. Postergar as medidas necessárias para o setor é um risco não calculado.

Existem cálculos muito precisos sobre os malabarismos feitos pelo governo da presidente Dilma para evitar reajustes na conta de luz e na gasolina.

O Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE) dirigido pelo competente professor da Universidade do Rio de Janeiro (UFRJ), Adriano Pires, a pedido do jornal Folha de S. Paulo, calculou que "os gastos para evitar reajustes na conta de luz, na gasolina e no diesel às vésperas das eleições presidenciais podem chegar a R\$ 63 bilhões neste ano". O valor disparou em proporção do PIB no governo da presidente Dilma, crescendo de 0,29% em 2011 para 1,19% neste ano."

E diante do APAGÃO GERENCIAL, reproduzo avaliação qualificada do Adriano Pires - fundador e diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (aqui já mencionado) - na qual ele expressa que "as medidas do governo são insuficientes para evitar o racionamento de energia".

Prossegue o referido especialista: "Após gerar grande expectativa nos agentes do mercado, o Governo divulgou as medidas para o setor elétrico que, infelizmente, não contribuem para mitigar o risco de racionamento de energia.

O Governo tem hoje dois problemas: um quantitativo e



outro financeiro. O quantitativo diz respeito ao eventual déficit de oferta de energia elétrica, caso o regime de chuvas continue adverso. O problema financeiro diz respeito ao acionamento das térmicas e ao descasamento de caixa das distribuidoras, que estão expostas involuntariamente às variações de preço e compram parte da sua energia no mercado livre e vendem mais barato para seus consumidores. No anúncio de ontem (13/03), só a questão financeira foi atacada e, mesmo assim, de maneira populista, evitando os reajustes tarifários imediatos que elevariam a inflação. O Governo parece mais preocupado com o calendário político, apesar do custo em elevação, continuando a optar por tarifas mais baixas. A conta, que já supera R\$ 20 bilhões, só começará a ser paga em 2015, após as eleições presidenciais.

É preciso que o Governo se conscientize da questão quantitativa para que tome medidas de incentivo a redução do consumo elétrico enquanto houver tempo. Em 2001, o racionamento/razionalização do consumo de energia elétrica evitou o apagão. Cabe lembrar que naquela ocasião ninguém ficou sem luz. Não houve corte de carga elétrica, mas sim um racionamento econômico, no qual cada agente ficou livre para optar como reduzir o consumo. Se não chover e o Governo não admitir a gravidade do problema, poderemos ter apagão, de fato, pela 1ª vez na história desse país."

Diante do exposto, torna-se essencial a realização da requerida audiência o mais celeremente possível.

Sala da Comissão,

Senador Alvaro Dias

